



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO



PROGRAMA DA DISCIPLINA DIR.159 – INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

CARGA HORÁRIA: 68 HORAS ANO: 2002

OFERECIMENTO: Currículos dos cursos de Administração, Arquivologia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Desenho Industrial e Secretariado.

EMENTA: DIREITO. ORDEM JURÍDICA. PRIMAZIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SISTEMA LEGAL. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS. PRINCÍPIOS NORTEADORES E PRINCIPAIS INSTITUTOS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO.

OBJETIVOS: 1º) Identificar, conceituar e sistematizar os principais institutos do Direito Público e do Direito Privado; 2º) explicitar o funcionamento dos diversos ramos e o conjunto integrado ao ordenamento jurídico; 3º) estabelecer relações de reciprocidade, causa e efeito das normas e institutos jurídicos; 4º) abrangência, especificidade e visualização do Direito como fenômeno social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – NOÇÕES PROPEDÊUTICAS

- Noções do Estado e do Direito: Ordenamento Jurídico. Primazia da Constituição Federal. Sistema legal. Estado e Governo. O princípio da divisão de Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Estado brasileiro. Caracterização do Estado Democrático de Direito. Fontes e funções da lei. Direitos e deveres individuais e coletivos: noções gerais. Direito subjetivo: público e privado. Sujeitos de direito: as pessoas físicas e as pessoas jurídicas. Noções sobre personalidade e capacidade.

UNIDADE II – DIREITO PÚBLICO

- 2.1. Direito Público. Conceito. Princípios norteadores. Direito Internacional Público: o Estado no plano internacional, nacionalidade, legislação brasileira aplicável aos estrangeiros. Organizações internacionais. Noções de Tratados Internacionais.
- 2.2. Direito Administrativo. Administração Pública. Conceito. Princípios aplicáveis. Estrutura orgânica do Estado brasileiro. A Federação, os Estados e os Municípios. Pessoas jurídicas estatais e paraestatais. Poderes administrativos. Controles interno e externo. Licitações e Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Responsabilidade Civil do Estado.
- 2.3. Direito Financeiro. Finanças Públicas. Sistema Financeiro Nacional. Orçamento Público.
- 2.4. Direito Tributário. Denominação, conceito e conteúdo. Noções elementares. Sistema Tributário brasileiro.
- 2.5. A ordem econômica constitucional. Princípios Intervenção do Estado no domínio econômico. Planejamento econômico público. Defesa da concorrência. Monopólios. Regime jurídico das empresas brasileiras e estrangeiras

UNIDADE III – DIREITO PRIVADO

- 3.1. A Relação Jurídica. Conceito. Elementos constitutivos: noções gerais sobre o fato propulsor, os sujeitos, o objeto e o conteúdo. Ato jurídico e negócio jurídico; distinções básicas.
- 3.2. Principais ramos do Direito Privado: civil, comercial, trabalho, consumidor; institutos básicos.
- 3.3. Direito Civil. A pessoa jurídica. Personificação e desconsideração. A propriedade. Conceito. Função social. O contrato: princípios e regras gerais. O dirigismo contratual. Contratos de massa. Mediação e Arbitragem. Contratos internacionais privados: noções gerais, princípios, *lex mercatoria*, legislação aplicável. Organizações internacionais. Responsabilidade civil: conceito e espécies. A responsabilidade inerente às profissões.
- 3.4. Direito Comercial. Empresa e empresário. Noções gerais sobre sociedades mercantis, títulos de crédito e contratos mercantis. Responsabilidade civil e social da empresa.
- 3.5. Direito do Consumidor. Conceito. O CDC: natureza jurídica de suas normas. O consumidor e o fornecedor. Responsabilidade do fornecedor: o fato do produto e do serviço. Excludentes de responsabilidade. Direito de regresso. Prescrição e decadência.
- 3.6. Direito do Trabalho. Relação de emprego. O empregado e o empregador: noções gerais. Direitos básicos do empregado.

BIBLIOGRAFIA:

- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado. Ed. Atlas – Pós – 1988.
- Constituições do Brasil e da Bahia, e Lei Orgânica do Município de Salvador.
- MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. Ed. Saraiva, 1990.
- Códigos Civil e Penal. Pós – Ed. Saraiva, 1988.
- Consolidação das Leis Trabalhistas. Ed. Saraiva, 2002.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Ed. Revista dos Tribunais, 1992.
- FLÁVIO DA CRUZ e OUTROS. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. Ed. Atlas, 2001.
- MUKAI, Toshio. Estatuto da Cidade. Ed. Saraiva, 2001.
- GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral. Vol. I. Ed. Saraiva, 2002.
- AMERICANO DA COSTA, Marcus Vinicius. Exegese e Aplicabilidade de Instituições de Direito Público e Privado.

- Elaborado pelos professores José Raymundo de Almeida Sant'Anna, Mário Jorge Philocreón de Castro Lima e Nilza Maria Costa dos Reis.
 - Aprovado em reunião do Departamento, realizada em 20.12.2002.



PROGRAMA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIR 160 - DIREITO ADMINISTRATIVO III	68h

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução. O homem, como animal gregário. Normas de conduta. A norma jurídica: a sanção organizada com execução forçada. O Direito: Conceito. Direito Público e Direito Privado. O ordenamento jurídico. A relação jurídica.
2. Direito Administrativo. Conceito. Campo de aplicação. Relação com outros ramos do Direito. Princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público. Outros princípios que informam o Direito Administrativo.
3. Fontes do Direito Administrativo. Conceito de fonte. A Constituição. As leis. O regulamento. A jurisprudência.
4. Administração Pública. Conceito de Estado. Elementos e poderes do Estado. A Responsabilidade Civil do Estado. As doutrinas da irresponsabilidade; da responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva do Estado: teorias. A responsabilidade civil, administrativa e criminal do agente público.
5. Organização e atividades da Administração Pública. Serviço Público: conceito, espécies, formas de prestação e de execução. Centralização. Descentralização. As entidades estatais. As entidades autárquicas. As entidades fundacionais. As entidades parastatais: empresa pública; sociedade de economia mista e os serviços sociais autônomos. Concessão; permissão e autorização para a prestação do serviço público.
6. Órgãos administrativos. Cargo. Função. Competência. Agentes Públicos: políticos, honoríficos, delegados, credenciados. Os agentes administrativos. Normas sobre agentes públicos na Constituição de 1988. Regime Jurídico Único. Conceito. RJU da União, Estado da Bahia e Município de Salvador.
7. Poderes administrativos. Poder discricionário e vinculado. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. O poder de polícia.

8. Ato Administrativo. Conceito. Requisitos do ato administrativo: competência, forma, finalidade, motivo e objeto. Atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade; imperatividade; auto-executoriedade. Classificação dos atos administrativos. Atos gerais e individuais. Atos externos e internos. Atos de gestão, de impérios e de expediente. Atos vinculados e discricionários. Ato válido, nulo e inexistente. Revogação e anulação do ato administrativo.
9. Contratos administrativos. Conceito. Peculiaridades dos contratos administrativos: as cláusulas exorbitantes. Direitos e obrigações dos contratantes. Garantias para a execução do contrato: caução; seguro-garantia; fiança bancária.
10. Licitação. Conceito e finalidade. Princípios da licitação. Objeto da licitação. Obrigatoriedade, dispensa e inexibilidade da licitação. Modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Legislação sobre licitação. As sanções penais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. Figueiredo, Lúcia Valle > Curso de Direito Administrativo Malheiros Editores
2. Mello, Celso Antonio Bandeira de > Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores
3. Meirelles, Hely Lopes > Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores
4. Pietro, Maria Sylvia Zanella di > Direito Administrativo. Ed. Atlas
5. Cretella, José (Jr.) > Curso de Direito Administrativo. Ed. Forense
6. Bastos, Celso Ribeiro > Curso de Direito Administrativo. Ed. Saraiva.
7. Carvalho Filho, José dos Santos > Manual de Direito Administrativo. Ed. Lumen Juris
8. Gasparini, Diógenes > Direito Administrativo. Ed. Saraiva
9. Moreira Neto, Diogo > Curso de Direito Administrativo. Ed. Forense
10. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Aprovado em reunião de Departamento de Direito Público em 29.04.97

Elaborado pelo professor Carlos Alberto Araçonga Dória



PROGRAMA DA DISCIPLINA DIR. 161 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

04 CRÉDITOS 68 HORAS

1) As necessidades humanas:

Conceituação econômica. Classificação: individuais, comuns e relativas. Modos de satisfação. Agentes da satisfação.

2) O Estado como agente das necessidades:

O fenômeno financeiro: atividades fiscais e extra-fiscais. O fenômeno jurídico: noção, classificação do Direito. A legislação tributária: hierarquia das normas tributárias, a Constituição, as leis complementares e ordinárias (o Código Tributário Nacional), os decretos-leis, os tratados, as convenções internacionais, decretos e normas complementares (decisões administrativas).

3) A obrigação tributária:

Natureza. Fontes: medatas e imediatas. Conceito. Elementos. Espécies.

4) O crédito tributário. Noção:

Constituição: o lançamento; conceito; natureza; espécies; efeitos; revisão e alteração; suspensão; extinção; exclusão: a isenção; garantias e privilégios.

5) A administração tributária:

Direitos e deveres dos fiscais. Penalidades. Pessoas obrigadas a auxiliar com informação o Fisco. A exigência do crédito tributário, processo administrativo fiscal, dívida ativa e cobrança judicial. A legislação penal tributária.

6) O poder de tributar:

Justificativas (a causa da obrigação tributária); o orçamento público; noção contemporânea contendo princípios constitucionais. As limitações constitucionais ao Poder de Tributar.

7) O Sistema Tributário Brasileiro:

A discriminação de rendas na Emenda Constitucional n. 1/69.

8) Os tributos:

Noções. Distinções entre as espécies tributárias (características), classificação.

9) Impostos sobre o Comércio Exterior:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo. Sistemas tarifários. Institutos peculiares aos direitos aduaneiros. Porto Livre e Zona Franca.

10) Impostos sobre o Patrimônio e a Renda:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo. O imposto de renda pessoa física e pessoa jurídica. Incentivos fiscais.

11) Impostos sobre a Produção e a Circulação:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo. Livros e documentos fiscais SINIEF. Incentivos fiscais.

12) Impostos especiais:

Espécies e conceito. Fato gerador. Base de cálculo.

Elaborado pelo Prof. Ivo Braga





COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR 164

LEGISLAÇÃO SOCIAL E DIREITO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	-	-	68

T	P	E

2015.2

EMENTA

Legislação social: finalidades, histórico e funções social. Consolidação das leis trabalhistas: sujeitos, proteção, higiene e liberdade de trabalho. Instituições e processos trabalhistas. Previdência Social.

OBJETIVOS

Discutir, de modo interdisciplinar, os meandros da regulação do trabalho, em suas questões individual e coletiva, e os demais fenômenos pertinentes à vida dos sujeitos que trabalham, como a previdência social e outras proteções sociais contra a inatividade involuntária. Apresentar a rede de amparo e inserção social que é projetada pelo Estado Democrático de Direito para envolver aqueles que vivem do trabalho, a partir do estudo específico do contrato de trabalho.

METODOLOGIA

Desenvolver um processo educativo e prático com metodologias interativas e participativas, conferindo ao aluno um papel ativo na construção do conhecimento. Para tanto, serão utilizadas: aulas expositivas; leitura e discussão de textos, notícias e jurisprudência; exibição de vídeos; realização de resenhas e fichamentos; elaboração e apresentação de Trabalho em grupos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. UNIDADE I: A QUESTÃO SOCIAL E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
 - 1.1 A centralidade do trabalho no capitalismo;
 - 1.2 Formação histórica do Direito do Trabalho no Brasil;
 - 1.3 Princípios do Direito do Trabalho;
 - 1.4 A Constituição de 1988 e o sindicalismo no Brasil;
 - 1.5 Negociação coletiva e flexibilização da legislação trabalhista;
2. UNIDADE II – SUJEITOS DO MUNDO DO TRABALHO
 - 2.1 Heterogeneidade do mundo do trabalho e desafios para a proteção;
 - 2.2 Relação de Trabalho e Relação de Emprego;



2.3 Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador.

2.4 Terceirização Trabalhista;

3. UNIDADE III – CONTRATO INDIVIDUAL DE EMPREGO

3.1 Duração dos contratos;

3.2 Jornada de Trabalho e Sistemas de Repouso;

3.3 Sistema Remuneratório e Proteção ao Salário;

3.4 Alterações contratuais;

4. UNIDADE IV – PROTEÇÃO AO EMPREGO NO BRASIL

4.1 Estabilidades provisórias, indenizações por tempo de serviço e o sistema do FGTS;

4.2 Poder Diretivo e modalidades de extinção contratual;

4.3 Dispensas coletivas;

4.4 Rede de proteção social ao não-emprego: o sistema de seguridade social.



BIBLIOGRAFIA

Básica:

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas de trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2016.

Ivo, Anete Brito Leal (Coord). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas*. / Coordenação de Anete Brito Leal Ivo, Elsa S. Kraych ete, Ângela Borges, Cristiana Mercuri, Denise Vitale e Stella Sennes. Apresentação da Equipe de Organização do Dicionário. – São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

Complementar:

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930 a 1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr: JUTRA – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo, 1999.

KREIN, José Dari. Debates contemporâneos: economia social e do trabalho, 8: as relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil. São Paulo: Ltr, 2013.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. *Principiologia do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 1999.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso

Programa aprovado em reunião plenária do dia

___/___/___



Raulenti
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Direito
Confere Com o Original

PROGRAMA DA DISCIPLINA DIR: 167 – DIREITO COMERCIAL VII

03 CRÉDITOS

51 HORAS

Unidade I – Ato de Comércio

- 1.1. Conceito e classificação.
- 1.2. O comerciante: capacidade, proibições, impedimentos.
- 1.3. Os livros comerciais.
- 1.4. O Direito Comercial como direito das empresas.

Unidade II – Agentes auxiliares do comércio

Unidade III – Nome comercial e firma comercial

- 3.1. Registro do comércio.
- 3.2. Marcas de indústria e comércio.
- 3.3. Patentes.

Unidade IV – Contratos mercantis

- 4.1. Espécies de contrato.
- 4.2. Compra e venda.
- 4.3. Mandato e comissão.
- 4.4. Locação de serviços e de coisas.
- 4.5. *Leasing*.
- 4.6. Sociedades comerciais.
- 4.7. Caracterização dos tipos.
- 4.8. Sociedades em nome coletivo, por cotas de responsabilidade limitada e anônimas.

Unidade V – Títulos de crédito

- 5.1. Noções gerais.
- 5.2. Aceite, endosso, aval.
- 5.3. O protesto cambial.
- 5.4. Letra de Câmbio, Nota Promissória.
- 5.5. Cheque.
- 5.6. Conhecimento de depósito e de transporte.
- 5.7. *Warrant*.
- 5.8. A duplicata.
- 5.9. Outros títulos de crédito.

Unidade VI - Falência

- 6.1. Causas e efeitos.
- 6.2. Concordata.
- 6.3. Função do síndico e do comissário.
- 6.4. Crime falimentar.
- 6.5. Reabilitação do falido.

Elaborado pelo Prof. Renan Balduino

Paracati
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Direito
Cuide-se Com o Original